UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
GRADUAÇÃO EM DIREITO

LEONARDO DA MATTA SCHAFFLÖR GUERRA

**A RACIONALIDADE DA LEI DE DIREITOS AUTORAIS EM FACE DOS
DIREITOS À CULTURA, À INFORMAÇÃO E À EDUCAÇÃO**

Rio de Janeiro – RJ

2014

LEONARDO DA MATTA SCHAFFLÖR GUERRA

**A RACIONALIDADE DA LEI DE DIREITOS AUTORAIS EM FACE DOS
DIREITOS À CULTURA, À INFORMAÇÃO E À EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Ciências Jurídicas da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. RICARDO LUIZ SICHEL

Rio de Janeiro – RJ

2014

LEONARDO DA MATTA SCHAFFLÖR GUERRA

**A RACIONALIDADE DA LEI DE DIREITOS AUTORAIS EM FACE DOS
DIREITOS À CULTURA, À INFORMAÇÃO E À EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Ciências Jurídicas da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Direito.

Data da Aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Examinador Presidente

Segundo Examinador

Terceiro Examinador

RESUMO

É sabido que todos os direitos fundamentais têm igual importância e devem ser assegurados a todos os indivíduos sem discriminações. Certas vezes, no entanto, é difícil determinar a extensão do direito de um indivíduo sem interferir na esfera de direito de outro. Essa é a problemática da aplicação da legislação referente aos direitos autorais no Brasil em contrapartida à garantia de acesso à cultura, informação e educação. Como se pretende demonstrar, os conflitos são reais, porém as causas são evitáveis. Soluções paliativas apontam a genialidade da sociedade em desviar dos obstáculos de uma legislação carente e má estruturada, enquanto aguardam por mudanças políticas que deem fim a este impasse.

Palavras-chave: Direito Autoral. Cultura. Informação. Educação.

ABSTRACT

It's known that every fundamental right has the same importance than the others and they must be secured to everybody no matter what. Measuring the extension of someone's right without invading somebody else's right is a tough task. This is the difficulty of application the actual legislation about Copyrights in Brazil face the need to guarantee access to culture, information and education. As we intend to show, those conflicts are real, but the causes are evitable. Palliatives solutions point to society's geniality to pass through bad situations caused by poorly structured laws, while waiting for political changes remains the only way to put an end to this issue.

Keywords: Copyright. Culture. Information. Education.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. DO DIREITO AUTORAL.....	12
2.1 HISTÓRICO	12
2.2 O DIREITO AUTORAL NA ATUALIDADE.....	17
3. DO DIREITO À CULTURA	23
4. DO DIREITO À INFORMAÇÃO.....	32
5. DO DIREITO À EDUCAÇÃO	46
6. CONCLUSÃO.....	52
7. REFERÊNCIAS.....	55

1. INTRODUÇÃO

Este estudo trata da temática dos Direitos Autorais. Em linhas gerais, são direitos decorrentes do advento da criação de um produto, em certa medida, novo. Como se pretende demonstrar, a caminhada da humanidade foi escrita em cima de suas descobertas – no sentido mais amplo possível – e seus protagonistas tiveram seus nomes marcados no tempo.

Quanto às invenções, por sua vez, nem sempre se pode dizer o grau de impacto que elas terão sobre a sociedade. Esse fato não as torna menos importantes, tampouco desmerece o esforço despendido por seus criadores. Por essa razão, todo e qualquer trabalho autoral, seja qual for sua natureza, deve estar cercado, desde sua concepção, pela proteção e segurança que os chamados direitos do autor conferem ao seu titular.

A fim de comprovar o entendimento apresentado anteriormente sobre o assunto, é imprescindível proceder à retrospectiva histórica desses direitos. Só assim se pode compreender como seu conceito evoluiu e se envolveu de mecanismos jurídicos para assegurar sua proteção e o regular cumprimento das obrigações por ele impostas.

A questão se problematiza na medida em que o ordenamento jurídico não gira em torno da proteção desmedida dos Direitos Autorais. Há uma gama extensa de direitos cuja proteção é fundamental para a ordem social bem como para a manutenção do necessário desenvolvimento humano.

Alguns desses direitos, estampados em princípios fundamentais, harmonizam com a proteção conferida aos Direitos Autorais. São os princípios da Dignidade da Pessoa Humana e da Proteção à Imagem, por exemplo.

O Dever Constitucional de assegurar outros direitos, no entanto, pode representar verdadeiro empecilho à total garantia do Direito Autoral. A recíproca também é verdadeira, sendo a proteção aos Direitos Autorais, certas vezes, obstáculo aos demais Direitos Constitucionais.

Esse é o panorama que motiva o presente estudo. Na atual conjuntura político- jurídica nacional, é conflituoso o uso de instrumentos e medidas (já amplamente difundidas) capazes ampliar o acesso à cultura, à informação e à educação quando os meios necessários para atingir esses objetivos esbarram na esfera de proteção dos Direitos Autorais.

Quais interesses devem preponderar? Há posições distintas na doutrina brasileira sobre o assunto. Não se pode restringir esse debate ao âmbito jurídico, mas deve-se abrir espaço para aqueles diretamente envolvidos no assunto se manifestarem. Dessa forma, tem voz tanto a classe artística – representando o polo ativo, ou seja, aqueles responsáveis pela criação do conteúdo – quanto o restante da sociedade, que é destinatária direta das obras.

Embora não invalide os argumentos utilizados na defesa de uma ou outra corrente, não raro as opiniões proferidas a respeito do tema são eivadas de parcialidade em razão do polo que ocupa quem as proferiu.

Não se pretende aqui discriminar qualquer entendimento do assunto por conta de quaisquer particularidades de seus autores. Contudo, para se analisar e quem sabe até atingir um conhecimento capaz de solucionar essa problemática, não basta uma palavra ou texto defendendo veementemente uma postura quando ela mesma não se aplica na prática a quem a defende.

Corre-se o risco de iniciar uma discussão hipócrita que defenda mais o orgulho e o interesse econômico das partes do que a importância social que todos os direitos mencionados necessitam. Por esse motivo, o tema deve ser tratado com pragmatismo e imparcialidade a fim de expor os verdadeiros interesses em choque e sopesá-los.

Escolheram-se em razão da notoriedade os Direitos à Informação, Cultura e Educação como exemplos de direitos constitucionais – e até internacionais – aos quais fazem jus os seres humanos para demonstrar a problemática da aplicação dos Direitos Autorais.

É sabido que a hermenêutica do Direito possui mecanismos capazes de balancear os princípios e propor uma solução razoável a cada caso concreto. Razão pela qual cada um dos direitos referidos será abordado separadamente.

Antes de esmiuçá-los, porém, vale apresentar uma retrospectiva superficial dos Direitos Fundamentais conforme os concebemos hoje. Uma parte considerável deste estudo sobre os Direitos Autorais e o conflito com outros direitos é pautada em suas análises históricas. Não há como não traçar, então, uma visão geral do surgimento e da normatização dos direitos e garantias fundamentais.

Há não muito tempo, especificamente até o final do século XIII os direitos, hoje fundamentais, não recebiam a mesma importância por parte do Estado. Em meio às tensões sociais e econômicas que pairavam sobre a atmosfera Francesa, uma Assembleia Constituinte convocada, sem o consentimento do Rei, por burgueses, trabalhadores e outros membros do chamado Terceiro Estado formulou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Dentre outras medidas que marcaram a História, essa declaração normatizou pela primeira vez os direitos fundamentais a que faziam jus os seres humanos apenas por portarem essa condição natural. Nesse momento, pôs-se fim ao Estado Absolutista e instaurou-se o Estado de Direito, que nos é mais familiar.

Aos poucos, os ideais Iluministas e a conquista do povo Frances inspirou outros Estados a fazerem o mesmo. Vale lembrar que em razão das tecnologias da época as ideias levavam um tempo maior para serem disseminadas.

Tempos depois, as tragédias da Primeira e da Segunda Guerra Mundial vieram para mostrar ao mundo o quão frágil os direitos à vida e à dignidade eram. Não bastava tê-los conquistados, os Direitos Fundamentais precisavam de proteção maior do que a que lhes era posta à época.

O mundo começou a compreender que em matéria de Direitos Humanos não há limites territoriais que possam restringi-los, pois somos todos iguais. Como consequência, estudiosos de diversas partes do mundo elaboraram e a Organização das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Esse documento, embora desprovido de normatividade, representou o primeiro esforço internacional de assegurar e manter a liberdade, a justiça e a paz. É certo que seu conteúdo inspirou outros textos ao redor do planeta. Estados passaram a internalizar esses conceitos, diga-se até revolucionários, em suas legislações.

Inclusive, a própria ONU, mais tarde e com base naquela declaração, veio a criar o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, que já gozavam de força legal.

Os direitos humanos, então, passaram a fundamentar-se no direito de ter direitos. Foi o que Norberto Bobbio vislumbrou como a Era dos Direitos.

Não sei se se tem consciência de até que ponto a Declaração Universal representa um fato novo na história, na medida em que, pela primeira vez, um sistema de princípios fundamentais da conduta humana foi livre e expressamente aceito, através de seus respectivos governos, pela maioria dos homens que vive na Terra. Com essa declaração, um sistema de valores é - pela primeira vez na história - universal, não em princípio, mas de fato, na medida em que o consenso sobre sua validade e sua capacidade para reger os destinos da comunidade futura de todos os homens foi explicitamente declarado.

Norberto Bobbio, A Era dos Direitos, p. 27-28.

Esse momento histórico iniciou o que ficou conhecido com Estado Social. Sua marca foram as Constituições que, influenciadas pela mudança no cenário mundial, passaram a prever expressamente os direitos humanos. A civilização passou a guiar-se pelos princípios da liberdade e dignidade.

Na experiência Brasileira, essas ideias foram sendo assimiladas ao longo dos anos. Após nos libertarmos de uma ditadura militar, foi promulgada a certamente mais espetacular Carta Constitucional da história deste país no que tange aos Direitos Humanos. Chamada de Constituição Cidadã, declarou vivermos em um Estado Democrático de Direitos. Alguns desses estampados logo em seus primeiros artigos, como é o caso do direito à vida, dignidade, honra, liberdade e igualdade. Outros, não menos importantes – posto que a completa realização dos primeiros

depende invariavelmente da existência destes – como a liberdade de expressão, opinião, informação, cultura e educação também foram declarados expressamente.

Conscientes da trajetória do homem para alcançar seus direitos é que damos início ao estudo do tema dos Direitos Autorais na atualidade e sua problemática de aplicação frente aos demais direitos.

2. DO DIREITO AUTORAL

2.1. HISTÓRICO

O ser humano sempre foi muito criativo. No campo das artes, como no das ciências, a sociedade se reinventa a cada nova descoberta. Esse ciclo virtuoso permitiu a nossa sobrevivência e a perpetuação de características genéticas e culturais por milhares de anos.

A música, presente tanto nas civilizações mais remotas quanto nas mais desenvolvidas, e a linguagem, a exemplo das pinturas rupestres ou de obras modernas famosas, são elementos fundamentais de transmissão e de afirmação dos valores sociais. Uma vez que a vida em conjunto requer a criação de um sistema e que nossa sociedade é regida por três engrenagens, representadas pelos três poderes, as inovações tecnológicas e culturais não poderiam deixar de ser contempladas por essa ordem.

Como se preza, também, pelo direito individual, conquistado por meio de diversos movimentos sociais, garantido internacionalmente ao longo do tempo por meio de tratados e internalizado pelas legislações locais, não se pode deixar de proteger o conjunto de direitos que naturalmente é criado para o autor pela sua invenção.

A concepção moderna de direitos autorais remonta à idade média. Nessa época, as guildas¹ ofereciam assistência e proteção aos seus membros. Para isso, essas entidades estabeleciam práticas de regulação, que mais tarde viriam a embasar o direito autoral.

Até o século XVII, quando a Europa era o maior centro de comércio e cultura do mundo, ocorreu um movimento interessante, talvez o primeiro, que viria a mudar o conceito de propriedade no que diz respeito ao plano imaterial. Quando a Companhia dos Livreiros de Londres controlava, por meio de licenças específicas, os trabalhos de editor, impressor e livreiro, criou-se o Estatuto da Rainha Ana, de 1710, que passou o direito de propriedade dos livreiros para o autor da obra, o que

¹ Associações de negociantes, artesãos e artistas.

muitos acreditavam que poderia contribuir para a redução dos preços dos livros e para a livre concorrência entre os comerciantes. Essa evolução ia ao encontro do pensamento do filósofo John Locke, que acreditava que se o trabalho manual fez surgir o direito de propriedade, da mesma forma, o exercício intelectual devia dar origem à propriedade das ideias.

Ao longo do século XVIII o tema dos direitos autorais passou por grandes debates e superou controvérsias em prol do reconhecimento de sua função conciliatória entre interesses público e privado. Contudo, fora do âmbito doutrinário a realidade era outra. Não se confirmou a expectativa do barateamento dos livros após os mesmo caírem em domínio público e a duração dos direitos autorais, a qual o Estatuto da Rainha Ana havia pela primeira vez na história limitado em quatorze anos, foi significativamente expandida. Esse movimento de ampliação dos direitos autorais em detrimento do interesse público foi severamente criticado e repercutiu até os dias atuais.

No Brasil, ouviu-se falar em direitos de autor após a independência, quando nos cursos jurídicos já era assegurados aos professores alguns direitos sobre suas obras. Também o Código Criminal do Império assegurava alguns direitos de propriedade intelectual, como se depreende da seguinte redação:

"Art. 261. Imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir quaesquer escriptos, ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos, ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem, e dez annos depois da sua morte, se deixarem herdeiros."

Desde sua primeira aparição no Direito Constitucional brasileiro, na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891, o direito imaterial e sua proteção têm evoluído muito. A fim de compreender o rumo traçado pelo legislador pátrio, bem como em que sentido está a caminhar a legislação de direito autoral, é imprescindível fazer uma retrospectiva do tratamento dado ao longo da história a essa matéria.

Em 1891, a Carta Magna, em sua declaração de direitos, já assegurava alguns direitos aos criadores de inventos de natureza industrial, artística e literária. Conforme letra do art. 72, §§25 e 26 da referida Constituição, aos autores de inventos industriais pertencerão estes pertencerão, sendo lhes garantido por lei um

privilégio temporário ou a concessão de prêmio razoável pela obra. Bem como aos autores de obras artísticas e literárias foi garantido o direito exclusivo de reprodução das mesmas.

O que se percebe é que a redação foi muito vaga. É interessante notar o surgimento de um interesse social nessa época por uma maior garantia e proteção desses direitos, no entanto os termos utilizados pelo legislador deixaram margem para uma futura delimitação de seu entendimento. Por exemplo, é necessário definir o que seria um privilégio temporário ou um prêmio razoável. Segundo o próprio texto da Constituição, ficaria a cargo do Congresso conceder esse prêmio razoável, mas que critérios seriam utilizados para atingir essa razoabilidade? E parece que, entendendo o autor que o valor do prêmio não atendeu à razoabilidade, seria necessário recorrer ao judiciário para que ele interviesse na esfera Legislativa.

De fato, posteriormente foi publicada a primeira lei brasileira a tratar do tema dos direitos autorais. A lei 496 de 1898, também conhecida como Lei Medeiros e Albuquerque em homenagem a seu autor, garantia ao criador de determinada obra o direito de reprodução e de autorização para reprodução por meio de publicação, tradução, representação, execução ou por qualquer outro modo. Logo em seu art. 1º, essa lei fez expressa referência ao art. 72 da Constituição vigente na época. Resta, portanto, comprovada a necessidade de complemento daquela norma constitucional e a pouca atenção dada à matéria, que levou sete anos para ser especificada em lei infraconstitucional.

Conforme a sociedade crescia e experimentava o avanço de novas tecnologias e o estreitamento das fronteiras culturais entre os povos, relações, antes improváveis, tornaram-se relevantes. Em razão do desconhecimento ou da lacuna deixada pela legislação, era comum ignorar os direitos autorais de obras estrangeiras e copiá-las indiscriminadamente. Passados vinte e quatro anos da publicação da lei 496 de 1898, então, publicou-se a lei 2.577 de 17 de janeiro 1912, que estendeu a proteção autoral também às obras estrangeiras.

Contudo, essa legislação não vigorou por muito tempo. Com a chegada do Código Civil de 1916 ela foi logo revogada. A propriedade literária, artística e científica, passou, então, a ser regulamentado pelos artigos 649 a 673 do novo

Código. Dentre outras disposições acerca do direito do autor, destaca-se a classificação expressa desse direito como bem móvel e o prazo prescricional de cinco anos fixado para ajuizamento de ação civil por ofensa a direitos de autor.

Não obstante muitas atualizações recebidas pelas normas de direitos autorais do Código de 1916, da evolução dos meios de comunicação, mais uma vez, surgiu a necessidade. Assim, reuniram-se as disposições presentes na época em um único diploma, a lei 5.988 de 1973 que, além de aprofundar o tema, facilitou o manuseio da legislação específica sobre o assunto, que já contava com mais de cem artigos.

O ano de 1973 foi marcante, ainda, pela criação de um Escritório de Central para Arrecadação e Distribuição (ECAD) das verbas relativas aos direitos autorais. Isso porque, desde o início do século XX, começaram a aparecer associações de músicos, que sentiam a necessidade de unir-se para verem respeitados seus direitos e garantir a remuneração que lhes cabia pela reprodução de suas obras. Contudo, em razão do grande número de associações, o pagamento devido aos autores – porque muitas das vezes as obras são fruto de parcerias – ficava prejudicado em razão de o pagamento a um dos autores não exonerar a obrigação de remunerar aqueles vinculados a outras associações.

No que tange à confirmação de autoria sobre a obra, a mesma desenvolveu-se juntamente com as novas formas de tecnologia. Há não muito tempo atrás, comprovar o direito sobre determinado conteúdo poderia ser uma tarefa um tanto quanto difícil. Fosse em razão da maior complexidade em difundir informações ou entrar em contato com indivíduos específicos capazes de assegurar, na forma de testemunha, a quem pertencia o referido direito.

Por essa razão, o registro da invenção ou da obra no órgão competente para efetuar-lo era indispensável para assegurar ao criador seus direitos sobre o uso do material. Esse regime de obrigatoriedade de registro para garantir a autoria da obra se estendeu até 1917. Ele tinha, portanto, natureza constitutiva de direito. Sem esse procedimento não nascia para o autor o direito sobre seu produto.

O avanço tecnológico, contudo, superou antigas barreiras que dificultavam, quando não impossibilitavam completamente, a tarefa de se chegar àquele cuja obra e seu universo de direitos pertenciam. Com o surgimento da internet e dos

dispositivos de comunicação tornou-se simples comprovar o momento da criação da obra. Um documento de texto virtual, por exemplo, carrega consigo sua data de criação. Dessa forma, a mera comparação quanto à anterioridade dos registros relacionadas à obra de cunho pessoal dos possíveis autores é capaz de evidenciar, na maioria das vezes, seu verdadeiro autor.

Embora ainda seja possível e aconselhável registrar obras autorais, vigora atualmente no Brasil o sistema da facultatividade do registro. Sua natureza jurídica é de declaração de direito, uma vez que o mesmo surge para o autor no momento exato da criação da obra. Os benefícios dessa mudança jurídica são claros. O simples fato de não fragilizar um direito por depender sua existência de um procedimento burocrático é um exemplo.

Reconhecida a autoria sobre o conteúdo privado, pode o ECAD proceder à arrecadação e distribuição das verbas a que fazem jus os criadores de conteúdo de interesse da sociedade quando da sua utilização por terceiros. Essa é a função precípua, inclusive, para qual foi criado esse Escritório.

A imaterialidade, característica dos direitos e de algumas das obras aqui tratadas, no entanto, tem representado um forte empecilho ao regular exercício dessa tarefa pelo ECAD. Isso porque a experiência brasileira demonstra que o indivíduo nacional, diferentemente do que ocorre em outros países, tem dificuldade em compreender o aspecto pecuniário que o uso de conteúdo protegido por direito de terceiro acarreta.

Alia-se a essa consciência nacional – ou à falta dela – a facilidade com que se transmite conteúdo via internet. Não raro os filmes de cinema e programas de televisão caem na rede poucas horas depois ou até em tempo real. Uma quantidade gigantesca de livros circula por acervos digitais sem qualquer controle de quem os disponibilizou e de quem irá visualizá-los. Músicas são baixadas gratuitamente como se sua composição e produção não houvesse despedido qualquer espécie de gasto para aqueles responsáveis por sua existência.

Esse cenário nos leva a crer ou na existência de indivíduos demasiadamente altruístas que vivem para agradar a coletividade sem esperar qualquer retorno financeiro por isso ou no desrespeito generalizado pelo direito de um grupo de

peças que trabalha – na expectativa de lucro – para tornar em um produto real e prático um fruto de seu intelecto.

2.2. O DIREITO AUTORAL NA ATUALIDADE

Inicia-se a abordagem específica dos Direitos Autorais na atualidade brasileira com a triste consciência de que na forma como se encontram e vem sendo entendidos eles não servem mais. Ao longo do tempo, esses direitos “perderam parcialmente sua capacidade de realização e manutenção do diálogo cultural”, conforme afirma Luiz Gonzaga Silva Adolfo.

O mesmo autor ressalta que o cenário desses direitos hoje é resultado da adoção forçada de um conceito privatístico, o qual supervaloriza a dimensão patrimonial em detrimento, por exemplo, da moral. Dessa forma, a imposição de grandes editoras, produtoras e mesmo a condescendência governamental tem contribuído para que o pretexto de defesa dos direitos autorais prejudicasse o pleno acesso à cultura, à informação e à educação.

Pode-se, a partir da retrospectiva histórica, destrinchar esse embate de direitos tão importantes. Ocorre que, em que pesem as dimensões social e solidária do direito de propriedade – características da segunda e da terceira geração de direitos, respectivamente – terem sido positivadas na Constituição Federal e no Código Civil, o mesmo não ocorreu com igual intensidade em relação ao direito de autor. Por sua natureza jurídica e evolução histórica que vão ao encontro de um direito predominantemente individual, nenhum dos diplomas anteriores positivaram sua extensão social e solidária. Isso implica a prevalência, em nosso ordenamento jurídico, da concepção individual – e, portanto, de primeira geração – do direito autorial.

Sendo, assim, um dos direitos de primeira geração assegurados aos indivíduos, pode a pessoa autora de alguma obra opor às demais e ao Estado seus direitos dela decorrentes. Implica, por tratar-se de direitos de primeira geração, também chamados direitos negativos, uma abstenção Estatal, no sentido de, em

regra, não restringi-los, o que, após apresentado o esforço social necessário para vê-los garantidos, significaria uma afronta à ordem social.

Apesar disso, se considerados os avanços percebidos na esfera dos demais direitos fundamentais ao serem englobados pelas dimensões seguintes dos direitos, percebe-se que a concepção individual do direito de autor representa um grande atraso social². Se de um lado a sociedade deve ter garantido seu acesso à cultura, à informação e à educação – incluída no rol de direitos de segunda geração, chamada direitos positivos – mediante uma atitude positiva do Estado de lhes assegurar esses direitos, de outro a garantia dos direitos autorais freiam as iniciativas Estatais.

Esse é o conflito posto. Ambos os direitos devem ser garantidos aos indivíduos, no entanto, um requer a abstenção do Estado para proteger, no âmbito individual, a ordem coletiva e outros exigem ações governamentais que entreguem à sociedade o que lhes é de direito, sem, contudo, invadir a esfera na qual o Estado deve abster-se de agir.

Nessa linha, passa-se a analisar um pouco mais da natureza jurídica do Direito Autoral. Antes, no entanto, é importante distinguir as nomenclaturas Direito Autoral e Direito de Autor. Embora possam, eventualmente, simbolizar a mesma coisa, em regra, o primeiro faz parte do segundo. Direito de Autor, portanto, diz respeito às garantias a que fazem jus os criadores da obra, tanto no âmbito moral quanto no patrimonial, que já trataremos de distinguir. O direito moral que advém do invento de determinado produto é personalíssimo e, por isso, intransferível, razão pela qual o direito de autor, nesse aspecto, está vinculado sempre ao próprio autor.

Já o Direito Autoral pode estender-se para terceiros, sem deixar de existir para o próprio autor, motivo pelo qual entendemos estar compreendido dentro do Direito de Autor. Dessa forma, tem assegurados os direitos autorais sobre uma obra

² Da leitura do “Art. 5º, XXIX – a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País” da CRFB/88 percebe-se que mesmo para os inventos industriais, que guardam certa semelhança com os produtos das atividades intelectuais aqui estudados, a legislação tratou de positivizar sua natureza de direito fundamental de propriedade abarcando suas dimensões social e solidária, tornando o interesse social e o desenvolvimento tecnológico do país seus princípios e, também, seus limites. Situação muito diversa da que ocorre com o direito de autor, conforme se vem percebendo.

também os intérpretes, os executantes, as produtoras de fonogramas, dentre outros, por conta dos intitulados direitos conexos.

Do raciocínio anterior se extrai a conclusão de que somente pode ser autor, portanto lhe sendo assegurado um direito moral sobre a obra, a pessoa natural. Por sua vez, os direitos patrimoniais, que norteiam a capacidade de exploração econômica do conteúdo e podem ser transferidos, podem pertencer tanto à pessoa natural quanto à jurídica. Essa distinção diz respeito ao autor e ao titular do direito, que, como visto, podem ser pessoas distintas.

É possível, portanto, que alguém distinto do criador da obra detenha, sobre ela, direito autoral. A viabilidade de tal entendimento se deve à separação doutrinária entre a natureza moral e patrimonial dos direitos que estão ligados ao direito de autor. Segundo Vianna, a produção autoral se trata muito mais de um trabalho intelectual do que de uma propriedade propriamente dita. O que se justifica pela sobreposição de valores que esse autor estabelece entre o prestígio social, atingido pelo compartilhamento do produto, e o retorno financeiro, sendo aquele maior em importância que esse.

A dimensão moral do direito de autor a que se refere Vianna é dotada das seguintes características, próprias de direitos personalíssimos. É imprescritível, posto que pode ser exigida na via judicial a qualquer tempo. É perpétua, apesar de o direito de exploração econômico da obra ser legalmente finito, a ligação personalíssima da obra com seu artista é imortal, razão pela qual o prestígio de ter seu nome vinculado à obra não se extingue. Por fim, é impenhorável, pois não admite constrição judicial.

O direito de autor equipara-se, para fins didáticos, aos bens móveis, em clara ficção jurídica. Por ser individual, está inserido no ramo do Direito Privado. Vê-se, agora, outra perspectiva de embate concernente ao nosso estudo, não bastasse envolver gerações distintas de direitos, por vezes, confronta Direitos Público e Privado.

Schier afirma que, quando em face de um conflito envolvendo as esferas pública e privada do Direito, a Constituição não deve optar previamente por um ou por outro. A afirmativa tem por escopo a resolução prévia prevista pela Carta Magna

para determinadas situações. São os casos, por exemplo, do inciso XXV do art. 5º, em que o poder público se reserva o direito de, em iminente perigo público, utilizar a propriedade privada, ou dos incisos XI e XII do mesmo artigo, em que a Constituição declara invioláveis o domicílio e o sigilo de correspondências.

Correspondem, respectivamente, à prevalência do interesse público sobre o privado e vice-versa. São casos, portanto, em que a solução está predefinida na legislação, não havendo espaço para a análise de conveniência da ocasião, ressalvadas as hipóteses ali previstas. Para aquele autor, o conflito entre interesses público e privado no âmbito da discussão de direitos autorais em face das garantias sociais de cultura, informação e educação não deve ter-lhe assegurado solução pretérita à avaliação de conveniência de cada caso. Assim, haveria de haver ponderação de valores para se atingir a melhor solução específica para cada conflito, sendo ela aquela que melhor balanceia os interesses das partes, sem desmerecê-las.

Nos Estados Unidos, surgiu um projeto de lei chamado “Stop Online Piracy Act”, cuja tradução seria algo próximo de “Pare a Pirataria Online”. O projeto, como o nome aponta, visa extinguir as atuais formas de pirataria que a grande rede de computadores guarda. Apoiam essa tendência as indústrias de cinema, televisão, música, bem como provedoras de internet e televisão a cabo.

Contudo, o projeto foi revidado com movimentos sociais via internet que partiu de grandes empresas como Google, Facebook, Twitter, Wikipédia, dentre outras. A repercussão foi mundial, até mesmo o cartunista Mauricio de Sousa, criador da Turma da Mônica, expressou seu desacordo com a medida norte-americana, juntamente com outros dez mil sites que protestaram virtualmente.

A indignação com o referido projeto de lei está aliada ao fato de que, por sua redação, a lei prejudicaria, também, os sites de busca e pesquisa que indiretamente abrigassem determinado conteúdo pirata. Sem dúvida, representaria clara censura prévia a retirada desses sites do ar, posto que pela quantidade de dados que são transmitidos, é inviável o controle absoluto de todo conteúdo, inclusive aqueles pirateados. Esse é um exemplo do ordenamento jurídico tentando se adequar às

novas tecnologias, contudo, como visto, é necessário ponderar interesses para se atingir soluções adequadas, o que tem se mostrado bastante difícil.

A escolha dos internautas pela não adoção das leis antipirataria é reflexo de uma tendência social. Hoje, a mídia tradicional não é capaz de fornecer todos os ângulos de uma determinada notícia, matéria ou assunto. A disponibilização do conteúdo online possibilita a escolha, por parte dos usuários, do momento e da natureza do material ao que desejam ter acesso.

Tem-se, portanto, apesar de algumas tentativas, estas, sobretudo fora do país, um cenário de desatualização da legislação em matéria de direito autoral. É sabido que, certas vezes, nem a própria sociedade está preparada para novas mudanças, não seria diferente com as leis. Infelizmente esse atraso se mostra a cada dia maior e crescem os problemas dele decorrentes.

Em grande parte é devido à dificuldade de controle do conteúdo que, agora, circula no meio digital. Sob outro ângulo, está relacionado ainda à temporalidade do direito de exploração da obra, visto por alguns como demasiadamente longo. Sabe-se que a sociedade precisa se beneficiar do novo, não é possível, no entanto, ignorar o direito do seu criador.

Nessa atmosfera de incertezas sobre como proceder, fotocopiar deixou de ser um crime previsto no Código Penal. Contudo, ainda é limitado pela legislação autoral. Qual foi, então, a razão de excluir a conduta delituosa senão para permitir sua prática? Parece haver uma incongruência dentro do próprio ordenamento nesse caso, pois, apesar de representar um avanço e descriminalizar um ato, o que inegavelmente tem reflexos práticos, está muito aquém do avanço que deveria significar.

Há uma corrente que acredita termos chegado a uma nova era dos direitos autorais. Para esses autores, assim como tudo se moderniza, este é um novo momento vivido por esses direitos. Acreditam que todas as produções partem não mais de indivíduos isolados, mas da sociedade como um todo. Em teoria, todo conteúdo produzido é reflexo de um contexto social que o embasa, por essa linha de pensamento, toda produção teria como titular a própria sociedade. Vale mencionar essa corrente para ilustrar como a problemática de conciliação de direitos

fundamentais cresceu e abriu espaço para diferentes interpretações a fim de solucionar a questão. No entanto, não nos filiamos ao referido pensamento.

Em contrapartida a uma corrente que ignora o direito de exploração econômica das obras pelo seu titular, a proteção exacerbada do mesmo também não é aceitável. Inclusive é importante destacar que por separarem-se, tradicionalmente, os titulares dos direitos autorais de um lado contra a sociedade em geral de outro, acaba-se desconsiderando que a ponderação de interesses não pode ser feita apenas entre esses dois grupos, mas que no lado que protege a manutenção e o crescimento da defesa dos direitos autorais estão os autores e grandes empresas, como produtoras, gravadores, etc.

A essas últimas não interessa o direito moral sobre a obra, posto que não lhes pertence, mas apenas o direito de exploração econômica da mesma. Embora gozem os autores também da prerrogativa de exploração econômica exclusiva da obra, em regra, pela experiência que se tem conhecimento, eles são muito menos favorecidos nesse aspecto que as empresas que lançam seus conteúdos.

É possível que a solução para a polêmica da aplicação das garantias do titular de direitos autorais em face da sociedade, titular das garantias de acesso à cultura, informação e educação, passe por esse ponto. Compreender que, talvez, seja necessário destrinchar o direito autoral em moral e patrimonial sempre que se fizer a análise caso a caso para determinar a prevalência – e não exclusão – de um ou de outro.

3. DO DIREITO À CULTURA

Dá-se continuidade ao estudo específico dos direitos que esbarram com as prerrogativas jurídicas do autor pelo acesso à cultura. Para muitos autores, cultura representa um universo tão amplo que chega a abarcar, inclusive, os direitos à informação e educação. Independentemente do agrupamento doutrinário que se faça com relação a esses direitos, este trabalho tenta apresentar peculiaridades de cada um na problemática em foco.

De fato, o conceito de cultura não é simples de expressar. Sua concepção varia muito em decorrência da ciência com a qual se está trabalhando. Para a antropologia, na visão do inglês Edward Burnett Tylor, cultura seria “um todo complexo que abarca conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e outras capacidades adquiridas pelo homem como integrante da sociedade”.

A palavra tem origem latina e deriva de *colere* que pode ser entendido como cultivar. Em sua acepção popular, é tudo criado pelo povo e para o povo. Pode vestir-se de diversas formas, como a música, a dança e a literatura, por exemplo. Todas são fortes meios de transmissão de valores.

É de importância vital para a civilização, posto que define quem somos, retrata o que fomos e direciona o que seremos. O descuido com a preservação pode levar à sua extinção. Exemplos não faltam de culturas que se perderam ao longo dos anos e hoje nos lembram de resquícios do que foram. Por essa razão, merece e é alvo de proteção pelos indivíduos e pela ordem jurídica mundial.

A própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, cuja relevância é flagrante e já foi mencionada, protege, enquanto direito do ser humano, o acesso à cultura. O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais volta a mencioná-lo como necessário aos povos, cujo dever é proteger e desenvolvê-lo. Outros documentos internacionais, como a Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional, foram posteriormente elaborados. Não resta dúvida de que se está diante de um direito cuja aplicação não pode ser indiscriminadamente minorada.

No âmbito interno, a Constituição da República de 1988 menciona em diversos dispositivos o acesso à cultura. Não apenas como direito dos indivíduos, mas como obrigação do Estado. Como é o caso artigo seguinte:

“Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.”

Outro aspecto relevante diz respeito ao dever estatal de criação do patrimônio – material e imaterial – cultural brasileiro, bem como de zelar por sua manutenção em prol do interesse público.

Entende-se por patrimônio cultural brasileiro, conforme a letra do art. 216 da CRFB/88:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Depreende-se, no contexto de análise da garantia de acesso à cultura com os direitos do autor que ambos, apesar da atmosfera nebulosa em que parecem conflitar suas existências, guardam íntima relação entre si. José Afonso da Silva preleciona que devem ser considerados direitos culturais, dentre outros, a criação intelectual e o direito-dever estatal de proteger os bens de cultura.

Esse autor afirma, ainda, que alguns desses direitos possuem laços estreitos com a liberdade de expressão. Por esse ângulo, além de se afirmar que o Estado deve assegurar os direitos culturais como a liberdade de expressão, pode-se

entender que aqueles direitos sofrem as mesmas limitações decorrentes do direito de autor que a liberdade de expressão.

Essa é uma premissa interessante a ser levada em consideração quando posto em choque os direitos à cultura e aqueles assegurados ao autor, como se verá adiante.

No que tange às disposições constitucionais acerca dos direitos culturais, apesar daquelas e de outras normas constitucionais ressaltarem a importância e a necessidade de se proteger as manifestações culturais, isso ainda não se mostra suficiente para tanto.

Ocorre que as normas que tratam desse direito na Carta Magna têm natureza programática. Os dispositivos dessa natureza tratam de estabelecer diretrizes gerais para os órgãos do poder público sigam em suas funções. Por essa razão, não possuem aplicabilidade imediata. Na visão de Pontes de Miranda, são normas chamadas “não-bastantes em si”.

A perfeita aplicação da vontade do legislador constituinte, portanto, fica condicionada, no caso dessas normas, à previsão infraconstitucional de medidas concretas para assegurar os direitos contidos na Constituição.

Apesar de nossa Carta Constitucional ser bastante extensa e detalhista, por diversas vezes ela deixou que os Poderes da República tratassem de questões fundamentais quando de sua aplicação prática. Não raro na experiência brasileira esses temas são relegados e deixados ao esquecimento. Prova maior de quão rotineira é a prática de se pleitear em juízo direito ainda não regulamentado é a existência de remédios constitucionais como o Mandado de Injunção e a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade por Omissão.

Até 2007, o Supremo Tribunal Federal vinha adotando uma posição não concretista conservadora no que tange à resolução dessas ações, limitando-se a declarar a mora do poder omissor. O que, na situação de fato, tinha pouco ou nenhum efeito, constituindo, inclusive, uma declaração do que já era óbvio. Contudo, a partir dessa data, passou a adotar uma posição mais concretista, no sentido de

fixar prazo para que o legislador elaborasse a norma pendente e até mesmo aplicando por analogia outras normas ao caso concreto.

No Brasil, o órgão responsável pelos assuntos relacionados de forma ampla à cultura é o próprio Ministério da Cultura. Embora haja também o Ministério da Educação, não existe um órgão dessa categoria responsável pela elaboração de políticas específicas para a Informação. Daí alguns autores agruparem a esfera de proteção do direito à informação dentro do universo do direito à cultura.

Como dito anteriormente, os direitos de autor e à cultura possuem similitudes. Por isso, o Ministério da Cultura possui uma Diretoria de Direitos Intelectuais que “subsidiaria a formulação, implementação e avaliação da política do Ministério sobre os conhecimentos tradicionais no âmbito da propriedade intelectual, além de integrar as instâncias intergovernamentais que tratam de temas relacionados a direitos autorais”, conforme consta em seu sítio eletrônico.

Em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, o então ministro da cultura Gilberto Gil tratou de forma bastante elucidativa sobre os principais pontos em que aqueles direitos se encontram ameaçados. Não obstante ter ocupado cargo de tamanho prestígio em defesa da cultura nacional, suas opiniões sobre o tema se tornam mais interessantes na medida em que ele pertence também à classe dos artistas. Assim, aborda a temática de maneira imparcial e pragmática.

Na ocasião, o artista reconheceu tratar-se a proteção dos direitos do autor de “premissa fundamental de todo trabalho que vem sendo realizado pelo Ministério da Cultura”. Não somente pelo aspecto individual do autor, nem pelo interesse coletivo da sociedade de receber elementos culturais, mas pela questão econômica de todo o país. À época, e ainda hoje, o Brasil representa um “gigante consumidor” de conteúdos artísticos das mais variadas espécies, mas tem pouca expressão no cenário internacional. Essa ótica ressalta a interação que a discussão doutrinária a respeito de uma melhor legislação de direitos autorais, isto é, em consonância com outros direitos e qualitativamente superior em si mesma, implica em termos macroeconômicos.

Esse foi justamente um ponto destacado pelo ex-ministro, quando lembrou que já haviam se passado mais de dez anos desde a última alteração na lei de

direitos autorais. Esse período, em termos de evolução social, pode representar a fossilização de uma legislação que se torna obsoleta e não é mais capaz de atender às demandas sociais que se modificam rapidamente.

Passados cinco anos da referida entrevista, em 2013, o Congresso Nacional decretou a lei 12.853 que alterou e acrescentou dispositivos à antiga lei 9.610 de 1998, que regula os direitos autorais. Embora essa alteração não tenha sido bem recebida por muitos dos interessados, o que vale destacar é que ela apenas trata da gestão coletiva dos direitos de autor. Assim, a maior parte dos dispositivos da lei 9.610 continua vigorando e exercendo seus efeitos retrógrados, incapazes de atender aos interesses tanto dos autores quanto dos consumidores.

Uma das razões pela qual atual lei dos direitos autorais se mostra anacrônica em relação à realidade do país diz respeito ao avanço tecnológico. O uso crescente das novas tecnologias ampliou vertiginosamente o contato do consumidor com os produtos de novos trabalhos autorais. Apesar de significar a facilitação do acesso à cultura, informação e educação, a maneira como vem sendo desenvolvido esse contato não gera, na maioria dos casos, a contraprestação merecida e necessária ao autor.

Importante salientar neste tópico do estudo que a própria lei, ciente desse abuso por parte dos consumidores, estabelece o uso de medidas de proteção tecnológicas. Há meios de se impedir, por exemplo, a cópia de um CD ou de um arquivo de texto que funcionam para boa parte dos usuários com nível baixo a intermediário de instrução em informática. Contudo, a experiência mostra que todos esses métodos possuem brechas, que são encontradas, e o conteúdo rapidamente é disponibilizado para o acesso em massa.

Percebe-se, portanto, que o “cerceamento das liberdades produzidas pela própria tecnologia não é o melhor caminho”. É evidente que muitas empresas e artistas aprenderam a lidar com essa realidade e desenvolveram novas formas de negócio, a fim de garantir a lucratividade de seus trabalhos. Isso, no entanto, não muda o fato de que as práticas de livre acesso aos conteúdos protegidos por direitos autorais infringem a legislação vigente e prejudicam um incentivo fundamental à criação intelectual que é o retorno financeiro.

Não se pretende esmiuçar esta questão neste ponto do trabalho, mas a discrepância verificada, por vezes, entre o lucro dos investidores em relação àquele percebido pelos autores é outro claro desequilíbrio que a lei, como está, proporciona. Porque para criar, em regra, basta o intelecto e o uso de utensílios que estão ao alcance da maioria. Por outro lado, veicular a obra exige tanto uma rede de contatos extensa e específica quanto um alto investimento econômico. Nesse cenário, o autor acaba se vendo diante de contratos de licenciamento ou cessão de direitos, por exemplo, com cláusulas leoninas, mas que, pelo desejo de ver sua obra publicada e a impossibilidade econômica de fazê-lo sozinho, acaba aceitando.

Nessa questão a recente alteração trazida pela lei 12.853 de 2013, que regula a gestão coletiva dos direitos do autor, é uma importante mudança. Em que pesem as ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas contra ela, sob os argumentos de ferirem os princípios constitucionais da livre iniciativa, liberdade de associação, dentre outros, uma boa regulamentação legal nesse sentido é fundamental para garantir maior transparência nas arrecadações e no destino das verbas originárias do uso de material protegido pelo direito autoral.

Finalizando, Gilberto Gil, fala a respeito da transparência e toca no tema pirataria. Embora o uso indevido de certos conteúdos pela via digital também configure essa infração, como já foi dito, a pura e simples repressão nunca foram nem serão suficientes para solucionar o problema. Sugere, ainda, que somente por meio da informação e da educação é que a população pode se conscientizar da importância do respeito aos direitos autorais, bem como da “relação intrínseca entre a pirataria e o crime organizado, mostrando que a compra de material pirata financia a criminalidade”.

Por fim, destaca que sem a colaboração da iniciativa privada o Estado não será capaz de combater todos os males que afetam os direitos do autor. É necessário, por exemplo, haver um barateamento dos produtos finais que saem da cadeia de comercialização de livros, discos, etc. Dessa forma, a obra original se torna mais atraente ao consumir de pirataria.

É bem verdade que o meio digital torna o acesso a esses materiais ilícitos muito simples e de difícil controle, no entanto, não raro os usuários deixam de

consumir a obra original em função de seu alto custo. A título de exemplo, a movimentação econômica que a aquisição de livros por alunos de universidades e cursos superiores pode gerar é grandiosa. Contudo, muitos estudantes optam pela via digital ilegal ou pela fotocópia de exemplares. Difícil é acreditar que esse cenário seja devido meramente à ignorância, à conveniência e ao mau-caratismo. Ocorre que nem todos, talvez somente uma minoria, podem arcar com tamanha despesa e, por isso, recorrem à ilegalidade.

O pretexto de proteção dos direitos autorais como um todo, tem prejudicado, inclusive, o próprio direito moral do autor. Parece que a lei, ao proibir determinadas condutas, visou apenas resguardar o direito patrimonial do titular contra usos indevidos. No entanto, no exemplo que se verá a seguir, percebe-se que ela acabou por dificultar a perpetuação da obra e, com isso, a garantia do próprio direito moral do autor.

É sabido que a obra é eterna, porém sua forma física é passível de sofrer deterioração ao longo do tempo. O uso de livros e CDs provocam pequenos danos que, com o passar dos anos, podem impossibilitar a sua leitura ou reprodução. Em vista disso, existem alguns projetos que pretendem digitalizar o acervo de algumas bibliotecas e discotecas municipais.

O objetivo é claro, garantir o direito da população de ler e ouvir músicas lá contidas. A via digital, nesse caso, se mostra excelente meio de proteger o conteúdo da deterioração que a via física sofreria. No entanto, em razão da letra da lei que trata dos direitos de autor, é bem possível que se argumente no sentido de que a digitalização daquele conteúdo não seria possível sem a expressa anuência dos titulares dos direitos autorais sobre as obras.

Em tese, a argumentação está correta. A reprodução integral da obra para outro suporte físico representa clara violação aos seguintes dispositivos da lei 9.610 de 1998, que trata dos direitos autorais:

Art. 5º, VI - reprodução - a cópia de um ou vários exemplares de uma obra literária, artística ou científica ou de um fonograma, de qualquer forma tangível, incluindo qualquer armazenamento permanente ou temporário por meios eletrônicos ou qualquer outro meio de fixação que venha a ser desenvolvido;

Art. 29, I - a reprodução parcial ou integral;

Art. 46, II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro.

Ocorre, ainda, que o art. 4º da referida lei estabelece que os negócios jurídicos que tratam das relações envolvendo aqueles direitos devem ser interpretados restritivamente. Dessa forma, pela má redação da lei, o legislador acabou impedindo a perpetuação da obra, afrontando, assim, tanto os direitos do autor, quanto os da sociedade em geral de acesso à cultura, informação e educação.

Outro exemplo, cuja solução felizmente já se encontra facilmente identificável na legislação, que, contudo, se faz interessante de analisar, é o conflito que, em 2004, envolveu a estátua do Cristo-Redentor, no Rio de Janeiro.

No primeiro semestre daquele ano, diversos jornais divulgaram que os herdeiros do escultor da estátua do Cristo Redentor estariam pleiteando a não comercialização de camisetas e outros objetos contendo a imagem do Cristo. A argumentação pautava-se no fato de que, por ainda estarem vivos, seriam detentores dos direitos autorais sobre a escultura.

Ocorre que a estátua do Cristo Redentor é propriedade da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a qual arrecadou contribuições para que o monumento fosse erguido e cuidou da sua construção. Trata-se, ainda, de escultura localizada em espaço público, fato que pesa na argumentação contra a proibição da comercialização dos referidos souvenirs. Conforme estabelece o art. 48 da lei de direitos autorais “as obras situadas permanentemente em logradouros públicos podem ser representadas livremente, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais”. Dessa forma, nem mesmo a Arquidiocese poderia impedir a livre representação da imagem da estátua.

Embora, como qualquer discussão acerca de direitos autorais, o assunto possa ser mais profundamente debatido, não é o foco principal deste estudo o levantamento de questões específicas, mas apenas a ilustração de como, por

diversas vezes, esse tema é suscitado em argumentações polêmicas e como não lhe é dada a devida atenção.

Assim, tangenciando a polêmica sobre a titularidade dos direitos autorais sobre o Cristo Redentor pelos herdeiros do escultor e, em que pese à inexistência à época do supracitado artigo da lei de direitos autorais que, hoje, solucionaria o problema, há de se considerar a importância que a estátua possui. Como se verá adiante, os conflitos de direitos dessa ordem de grandeza devem ser resolvidos caso a caso.

Não é plausível, no caso em tela, que os herdeiros do artista percebam remuneração pela utilização da imagem do Cristo ou sequer que impeçam sua livre circulação. Está-se diante de verdadeiro patrimônio cultural da nação e que se tornou símbolo da cidade do Rio de Janeiro e de todo o Brasil, não se admitindo sua subposição em face de um suposto direito autoral.

Finalmente, entende-se que, apesar de o acesso à cultura ser garantido à sociedade em geral na forma de norma programática em nossa Constituição Federal e de o direito de autor dever ser interpretado restritivamente, não admitindo sua limitação, há, sempre, de se fazer um estudo individualizado de cada hipótese, prezando pela boa aplicação do princípio da proporcionalidade.

4. DO DIREITO À INFORMAÇÃO

Como os demais direitos tratados nesse estudo, o direito à informação também teve uma trajetória repleta de mudanças ao longo da história. Neste tópico, será feita uma breve retrospectiva da história do direito à informação e passarão a serem analisados aspectos gerais relevantes e específicos quanto ao choque com os direitos autorais.

Segundo afirma Airton Seclaender, a história do direito à informação pode ser fracionada basicamente em quatro momentos distintos. O primeiro se dá em meio ao Estado Absolutista. Conforme se percebeu no tópico anterior, esse período da História foi repleto que opressão por parte do Estado, concentrado na figura de um único governante que detinha amplos poderes. Por esse motivo, o tratamento dado ao que hoje se entende por direito – pois atualmente é uma garantia do indivíduo – da informação era repressivo, no sentido de que os governantes tinham grande preocupação com o sigilo. Isso reflete e é reflexo direto da alienação da massa social, característica necessária à manutenção de tal regime.

Após entrarmos no Estado de Direito, passou a ser assegurado ao homem, juntamente com outros direitos, o acesso à informação. Nesse ponto, ele pode ser compreendido como garantia da liberdade de expressão e opinião, tanto para o particular quanto para a imprensa. Há de se mencionar, ainda, que existe uma distinção doutrinária quanto às informações de caráter público e privado, como irá se analisar adiante. No Estado de Direito, eram assegurados o princípio da transparência e da publicidade dos negócios públicos.

Em um terceiro momento, o crescimento atordoante dos meios de comunicação mostrou que mesmo um direito tão importante quanto o de informação deve sofrer restrições. Essa consciência coletiva quanto à necessidade de impor novamente, porém razoáveis, limites ao direito de informação justificou a possibilidade de intervenção do Estado nessa esfera.

Por fim, sua nova concepção na atualidade faz jus ao momento democrático em que vivemos. A quarta fase do direito à informação, segundo Seclaender, é aquela em que se busca regulamentar os meios de comunicação de modo a

assegurar sua função pública. Esse papel nada mais é do que garantir aos governados a igualdade de informação e conhecimento, a fim de torná-los aptos a gerir, em conjunto e nos moldes dos instrumentos democráticos já consagrados, como o voto, por exemplo, a sociedade em que vivemos.

Embora existente, nem sempre o direito a informação foi considerado autônomo, no sentido de possuir regulamentação específica e características próprias. Historicamente, era subordinado ao direito à expressão e à opinião. Há quem ainda defenda que o direito à informação é parte do conjunto dos direitos à cultura, contudo, não se pode negar que já possui normas próprias.

Para Francis Balle, somente em 1949, com a criação das leis de imprensa de Baviera e de Hesse é que foram feitas as primeiras menções explícitas àquele direito. Por estarem voltadas aos interesses da imprensa, essas normas restringiram-se a garantir o direito da imprensa de receber do Estado informações de natureza pública, obrigando as autoridades a fornecerem as informações desejadas, sob o argumento de assegurar a livre circulação de informações e o livre acesso às fontes. Para o autor, foi o marco inicial em que se utilizou o termo “liberdade de informação”, em que pese não representar conceito tão amplo quanto na atualidade.

Posteriormente veio a figurar em diferentes documentos internacionais. A já mencionada, porém sempre importante Declaração dos Direitos Humanos de 1948, em seu art. 19, menciona o direito à informação. Vale recordar que o mesmo texto traz, ainda, os direitos à cultura e a proteção aos direitos de autor, o que claramente sugere a necessidade de equilíbrio entre eles, posto lhes ser assegurado semelhante amparo.

O direito à informação chegou a ser incorporado por algumas legislações, mas no âmbito internacional, pode-se afirmar que foi a encíclica “Pacem in Terris”, editada em 23 de Abril de 1963 e promulgada por João XXIII, que lhe trouxe repercussão mundial.

Na França, durante uma jornada de estudos celebrada por quatro organizações sindicais de jornalista, foram fixadas bases de uma carta do direito à informação. Ela se inicia com a seguinte declaração: “Somente a liberdade de imprensa não garante, numa sociedade moderna, a informação dos cidadãos. Hoje,

se afirma uma nova necessidade, uma exigência contemporânea: o Direito à Informação”. Assim, pode-se concluir que o direito à informação é demasiadamente amplo, segundo o entendimento que se tem na atualidade.

A Declaração de Princípios da Cúpula Mundial, de 2003, sobre a Sociedade da Informação aborda em seu Capítulo 3 o acesso à informação e ao conhecimento. Estabelece, em linhas gerais, o direito de todos à informação, às ideias e ao conhecimento, bem como a possibilidade de contribuir para sua produção e desenvolvimento. Por esse documento, deve-se acabar com as barreiras que de algum modo impeçam o acesso equitativo da sociedade à informação, posto que ela se mostra fundamental para o exercício não apenas do próprio direito em si, mas para a realização de diversas atividades da vida cotidiana em sociedade e em diferentes esferas, como a social, a econômica, a política e a cultural, por exemplo.

Restringir a informação é, portanto, limitar não apenas um direito fundamental, mas uma gama extensa delas. A Declaração de Princípios da Cúpula Mundial, no mesmo capítulo, ainda, não apenas o acesso, mas a sua facilitação quando em se tratando de informação de domínio público. Para isso, é necessário existir um domínio público rico, então aquela Declaração também ressalta a importância do incentivo ao seu desenvolvimento e a proteção contra toda apropriação indevida. Finalmente, no mesmo capítulo, garante o acesso universal e equitativo ao conhecimento de natureza científica.

Outra disposição daquele documento está presente no capítulo sobre Diversidade e Identidade Culturais, Diversidade Linguística e Conteúdo Local. Essa talvez seja uma das mais relevantes para a análise do contraste entre direitos de autor e a promoção da cultura, educação e informação. Estabelece a Declaração que é essencial promover a produção de conteúdos e a acessibilidade aos mesmos, independentemente de propósitos educativos, científicos, culturais ou recreativos, em diferentes idiomas e formatos.

Entende-se que o posicionamento da Declaração de Princípios da Cúpula Mundial nessa redação foi a de fazer prevalecer o direito de acesso à informação e à cultura sobre o direito de autor, sobretudo quando o conflito dever-se ao choque com interesses sociais, econômicos e culturais.

Esse é o raciocínio de alguns autores. No entanto, em outra passagem já mencionada a mesma declaração trata do incentivo a formação de um rico domínio público no que tange aos elementos culturais e ressalta a importância de sua proteção contra qualquer apropriação indébita. Não há porque entender que o patrimônio cultural privado não deve ser alvo da referida proteção. Ressalvadas, portanto, opiniões em contrário, não se admite tratar-se o conflito entre os direitos à informação e o aural de mera prevalência de um em detrimento do outro.

Luiz Roberto Barroso afirmar que se distinguem princípios de regras por seu grau de abstração, assim como pelo método utilizado na resolução de conflitos entre aplicação de dispositivos aparentemente antagônicos. Para as regras vigora a lei do tudo ou nada, segundo a qual se pode preterir uma norma em face de outra. Contudo, em razão do maior grau de abstração dos princípios – e quando se fala colisão de direitos se está diante de elementos com alto grau de abstração – é necessário respeitar e preservar ao máximo sua essência, garantindo-lhe, ainda que minorada, aplicabilidade.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem também asseguram no âmbito internacional a proteção ao direito à informação. A previsão é feita em seu art. 19, apresentada como o direito de liberdade de expressão, de receber e de transmitir informações. Está presente, ainda, no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

No Brasil, o direito de acesso à informação está previsto na Constituição. O art. 5º assim dispõe:

“Art. 5º XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.”

Tem sua base infraconstitucional na lei 12.527 de 18 de novembro de 2011. Embora já fosse socialmente garantida, sua lei específica regulamentadora data de período bastante recente. Isso aponte no sentido de que apesar de ser sabido de sua importância, ainda há o que desenvolver em questão de técnica legislativa e jurídica para melhorar sua execução.

A doutrina apresenta algumas classificações quanto à natureza da informação a qual se pretende proteger. Uma delas diz respeito à origem e ao destino da informação. Nesse aspecto, o Direito à Informação pode ser ativo ou passivo. O primeiro representa o direito de informar, muito ligado à liberdade de imprensa. Enquanto o segundo estabelece o direito de ser informado. A problemática da aplicação dos direitos autorais em consonância com o acesso à informação está relacionada a essa última natureza, qual seja o direito passivo à informação.

As informações também podem ter natureza pública ou privada. A que nasce das atuações do próprio governo e da administração pública são as de natureza pública. Essas devem receber publicidade e ter acesso amplo. Prova incontestável dessa afirmação é a existência do Habeas Data, remédio jurídico-constitucional apto a sanar a negativa de apresentação de documento de caráter público. Já as informações particulares são de acesso restrito. Somente podem ser conhecidas por aquele que detém seu direito ou de alguma forma o transmite.

Aurélio Wander Bastos argumenta que o acesso às informações privadas e o direito à privacidade são contradições do Direito, na medida em que a aplicação exagerada de um implica o afastamento completo do outro. A fim de conciliar interesses opostos, em observância ao interesse público, defende a necessidade de se garantir o acesso a todo e qualquer informação consolidada em documento público. Já no caso das informações privadas, acredita que, estejam elas consolidadas em documentos de caráter público ou privado, seu acesso deve ser permitido somente àquele envolvidos no mérito de seu conteúdo, quando seus titulares não liberarem seu uso ou divulgação.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao conflito entre o direito à informação e o direito autoral. Ambos são de grande relevância e devem gozar do mesmo nível de proteção. Assim, mediante as circunstâncias do caso e havendo concessões recíprocas, conforme entendimento de Luís Roberto Barroso sobre a ponderação dos princípios, é possível garantir aplicabilidade a esses direitos sem ferir a ordem jurídica.

Existem diversos exemplos para ilustrar esse choque de direitos. Um relativamente recente e que originou até a propositura de um projeto de lei foi o caso da publicação de biografias do cantor Roberto Carlos.

Em síntese, o artista negou autorização com base no art. 20 do Código Civil que assim dispõe:

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

O autor da biografia, Paulo Cesar Araújo, que teve seu livro “Roberto Carlos em detalhes” impedido de ser comercializado em 2007, ajuizou ação contra cantor para ver seu direito de informar garantido. No entanto, cerca de 11 mil exemplares foram retirados das lojas. O biógrafo afirmou este ano que ainda sofre as consequências da proibição, tanto no âmbito financeiro quanto moral. Ou seja, o que se iniciou como mero exercício regular de direito acabou se tornando um embate judicial que envolveu grupos de artistas, lutando em defesa do que alegam serem seus direitos de imagem, contra jornalistas que declaram tratar-se os artigos 20 e 21 do Código Civil de dispositivos flagrantemente inconstitucionais.

O debate gerou a propositura, em 2011, por parte do deputado Newton Lima do PT de São Paulo, do projeto de lei nº 393. Sua redação acrescenta dois parágrafos ao art. 20 do Código Civil, tornando desnecessária a autorização do biografado para que seja publicada obra sobre sua vida. O projeto já foi aprovado com emendas pela Câmara dos Deputados e aguarda votação no Senado Federal.

As opiniões sociais se dividem entre a classe artística, cuja expressão maior se dá pelo grupo denominado “Procure Saber” e jornalistas. Integram o referido grupo artistas como Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Djavan e Erasmo Carlos. Em princípio, o argumento que os move contra a aprovação da lei nº 393/2011 é a defesa da privacidade e da honra. Contudo, conforme se percebe da declaração dada pela ex-mulher de Caetano Veloso em

entrevista cedida ao jornal Folha de São Paulo, a questão financeira também pesa na decisão de proibir ou não a biografia.

Segundo Paulo Cesar Araújo, Roberto Carlos alegou que a publicação da biografia estava impactando negativamente na venda de seus discos. O artista de MPB Jorge Mautner também toca nesse ponto quando fala da proibição de biografia. Em suas palavras “Um livro só poderia ser proibido se o artista não fosse remunerado”. É plausível aceitar que o biografado receba pelo uso de sua imagem, inclusive, considerando-se que o autor e a editora lucram com o lançamento do material, é mais interessante ver a obra publicada do que proibida. No entanto, sobre o pagamento dessas verbas, o jornalista supracitado afirma serem imorais. Compara a possível obrigação de compensar financeiramente o biografado ao pagamento de direitos autorais à Igreja por canções que mencionem Jesus Cristo ou Nossa Senhora. Ele acredita que o artista, nesses casos, não passa de objeto do trabalho, o que não ensejaria a obrigação de pagar direitos por sua imagem.

O fato é que, apesar das diferentes opiniões, o projeto de lei que trata da necessidade de autorização do biografado para haver o lançamento de obra sobre sua vida ainda está tramitando e pende de aprovação pelo Senado Federal. Enquanto isso, continua o debate no âmbito da doutrina. Na esfera social e econômica, muitos autores continuam impossibilitados de publicar suas obras pela falta de autorização expressa dos biografados ou até mesmo de seus herdeiros e/ou terceiros interessados. É o caso da biografia de Raul Seixas, escrita pelo jornalista Edmundo Oliveira Leite Junior, censurada por uma das ex-esposas do artista.

Há outros casos famosos desse tipo de censura, como o das biografias de Garrincha e Guimarães Rosa, por exemplo. Segundo pesquisa sobre produção e venda do setor editorial brasileiro, realizada a pedido do Sindicato Nacional dos Editores de Livros e da Câmara Brasileira do Livro, o setor editorial brasileiro faturou, em 2012, 4,9 bilhões e vendeu 434,9 milhões de livros. Infelizmente, um dos principais gêneros desse setor, o das biografias, não consegue crescer no Brasil por conta da má aplicação e da baixa qualidade das poucas leis existentes sobre o tema.

Outro problema ocasionado pela leitura dos dispositivos legais pertinentes ao tema e que tem restringido o desenvolvimento de um setor da economia é a questão das cópias reprográficas. Também são conhecidas como Xerox.

Em muitas circunstâncias, o acesso à informação é garantido justamente pelo serviço da cópia de conteúdos. A lei de direitos autorais, por sua vez, atribui à atividade de reprodução uma responsabilidade legal e ética. Assim, para o correto desenvolvimento dessa atividade é necessário um conhecimento técnico, mas, sobretudo legal, para um posicionamento profissional adequado.

É sabido que a lei 9.610/98, por seu art. 46, inciso II permite a “reprodução de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro”. Nesse cenário, não é impossível imaginar que o modelo tradicional encontrado em diversas universidades do país estaria infringindo a lei.

A partir de uma análise objetiva da expressão “desde que feita por este” tem-se a permissão de reprodução caso o próprio interessado efetue o processo de cópia. Como é de praxe, o interessado requisita ao operador da máquina de fotocópia que efetue a reprodução do trecho e por ela paga o referido valor, geralmente levando-se em conta o número de páginas copiadas. Estaria, por essa prática, então, infringindo o dispositivo legal?

O objetivo do interessado no trecho copiado certamente não é lucro, no entanto, o do operador da máquina é. Por essa mera questão de operacionalização de um aparelho e interpretação literal de um dispositivo legal, cria-se uma situação em que a cópia, cujo interesse é precipuamente didático, se torna um ato ilícito.

Fica registrado, contudo, que apesar da ginástica interpretativa que nos permite visualizar uma situação em que, por descuido no uso das palavras, mero exercício regular de direito o deixa de ser, dando espaço a um ato ilícito, que a cópia a que nos referimos – e mesmo a reprodução integral da obra – não está mais prevista no Código Penal, desde 2003, em razão das mudanças trazidas pela lei 10.695. O que é um forte indício de que, embora haja grande imprecisão na letra daquele dispositivo, a prática costumeira de pequenas cópias para fins didáticos não gera mal jurídico algum.

Embora a cópia de pequenos trechos, não levantando, neste momento, a discussão acerca do que viriam a ser pequenos trechos, seja permitida em lei, a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos, entidade que representa as editoras, tem notificado instituições de ensino a fim de que estas encerrem as atividades de reprodução de textos. Muitas dessas instituições aceitaram a ordem, contudo, o tema não deixa de ser polêmico e provoca discussões de enormes proporções. Esse embate separa aqueles que enxergam nessa proibição uma restrição, como não deixa de ser, ao direito à informação e aqueles que entendem tratar-se essa proibição de mero exercício regular de direito.

Em defesa de seus direitos, jovens de todo o país se envolveram com o movimento denominado “Copiar Livro é Direito”. Eles visam garantir seus direitos à informação e à educação a partir das fotocópias de trechos de livros. Aderiram ao movimento, também, Centros e Diretórios Acadêmicos de grandes universidades do país.

Enquanto o conflito desses direitos não vê uma solução próxima, a resposta para o impasse que tem atrasado os estudos de muitos alunos parece se apresentar por outras iniciativas. Se o principal motivo que leva os estudantes a fazerem cópias dos livros de que necessitam é a possibilidade financeira de adquiri-los, em razão de representarem um número muito grande de obras ao longo do curso e de valor consideravelmente elevado, se considerada a média de renda da população, talvez uma medida que barateasse esse conteúdo levasse ao seu acesso em massa por vias que não contrariassem o direito de autor.

Uma opção viável atualmente, tendo em vista que o acesso a computadores e à internet se encontra amplamente difundido na sociedade brasileira, é a utilização dos chamados e-books. Eles são livros editados e disponibilizados online. Por serem digitais carecerem de impressão, seu valor de venda despenca, podendo chegar a até 5% do seu similar em papel. Sob a ótica das editoras, essa opção não só é viável, posto que não acarreta um aumento de custo significativo ao processo editorial, como também é interessante.

A venda de livros digitalizados disponibilizados em lojas virtuais abrange um nicho de mercado de difícil acesso para as livrarias. Dessa forma, sem perder o

mercado que já adquire a obra impressa, as editoras aumentariam sua lucratividade ao abarcar um novo grupo de consumidores, que pelo que foi exposto, sabe-se tratar-se de um número elevado.

Essa é a aposta de muitas editoras no momento. Apesar de tudo, não põe fim ao impasse gerado pela legislação de direitos autorais, que ainda gera polêmica e dificulta, por sua má redação e interpretação, o acesso aos demais direitos. Tampouco representa um movimento majoritário daquele grupo, mas um sopro de esperança em meio ao caos.

Recentes iniciativas públicas também merecem destaque, na medida em que, se confirmadas enquanto tendência, terão grande impacto positivo na composição do material didático em bibliotecas universitárias. Não se trata, ainda, de melhorar a legislação de direito autoral, mas de implantar novos modelos de uso de conteúdos protegidos por aquele direito. Independentemente disso, são atividades que devem ser monitoradas, afim de que, se efetivas, sejam prontamente difundidas, garantindo, assim, acesso à informação, sem suscitar dilemas quanto à sua legalidade e sem maiores custos.

Uma das propostas é o Projeto Portal de Livros Didáticos Eletrônicos, que foi apresentada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em 2005. Em parceria com o Ministério da Educação, a iniciativa visava ampliar e facilitar o acesso aos livros adotados nos cursos de graduação das instituições de ensino superior.

A princípio, o portal seria administrado por um comitê, responsável, ainda, por obter dos professores da rede de ensino superior e do MEC a relação de livros didáticos adotada. Assim, esse grupo estaria encarregado de articular os meios necessários a viabilizar a disponibilização daquele conteúdo. Tal tarefa passa pela negociação com as editoras dos livros, a fim de receber uma autorização à utilização da obra naquela via, bem como definir a questão dos direitos autorais envolvidos, para que, dessa forma, não haja conflito superveniente ao uso da obra.

A ideia é interessante, pois, além de ampliar o acesso à educação, informação e cultura, também discute previamente a implicação que os direitos autorais pertinentes à obra teriam no modelo de uso proposto. Resolvida essa

questão, por meio de um pagamento custeado pelo Estado, por exemplo, não haveria mais conflito entre aqueles direitos e, tampouco, haveria relegação de um deles.

Esse projeto assemelha-se ao que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação proporciona às escolas nos ensinamentos fundamental e médio. Por meio de programa similar, professores podem escolher duas obras referentes à sua disciplina de editoras diferentes para que o FNDE se encarregue de adquiri-las. Após avaliação e aprovação do MEC das obras, este publica resenhas em um Guia de Livros Didáticos para que as escolas optem por aqueles que melhor se encaixam em seu projeto político pedagógico.

Difere-se deste último, no entanto, pelo fato de que as obras são disponibilizadas no meio eletrônico. Por essa razão, não há necessidade de se adquirir inúmeras cópias do mesmo exemplar, barateando o processo para a editora e para o Estado. Ressalte-se, ainda, que as universidades que assinassem o portal proporcionam aos alunos acesso online aos capítulos da bibliografia selecionada, poupando o espaço físico do acervo de suas bibliotecas.

Ainda na área das ciências há o Portal de Livros Eletrônicos, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. É destinado à disponibilização de obras de natureza científica no formato eletrônico. O portal dissemina o conhecimento por meio de publicações eletrônicas, dando-lhes visibilidade e ampliando o acesso à informação de qualidade com foco em Ciência, Tecnologia e Inovação. Autores interessados em publicar seus livros no formato digital podem fazê-lo no portal, basta registrar em cartório uma cópia de seus artigos e ceder seus direitos autorais.

O Portal Livro Aberto, existente hoje graças ao IBICT, contém mais de quinhentos documentos digitalizados sobre Ciência, Informação e Tecnologia, disponíveis gratuitamente aos interessados. Resta saber se iniciativas como esta serão fomentadas pelos órgãos competentes em outras áreas do conhecimento.

Outra forma de conciliar os direitos à informação e autorais é o projeto intitulado Pasta do Professor. Nesse caso, além de ampliar o acesso aos conteúdos

didáticos sem ferir direitos autorais, também apresenta uma característica específica de controle de pirataria.

Criado pela Associação Brasileira de Direitos Reprográficos, esse projeto tem por objetivo disponibilizar o conteúdo de obras publicadas por editoras brasileiras alternativamente de maneira fracionada. A demanda por trechos de livros, ao invés de adquirir a obra completa, é cada vez maior nas universidades, por esse motivo essa peculiaridade da Pasta do Professor se faz tão interessante. Além disso, assim como a primeira iniciativa apresentada neste trabalho, esse projeto também preza pelo respeito ao direito autoral, mantendo a atratividade das editoras em realizar suas atividades econômicas sem prejudicar o acesso dos estudantes aos livros.

O modelo consiste na criação de pastas virtuais com os fragmentos das bibliografias exigidas por cada disciplina das instituições de ensino. Esses documentos seriam impressos e vendidos em pontos de vendas filiados e homologados, presentes nas universidades. As páginas contêm marcas d'água que identificam o comprador e o ponto de venda, ressaltando o caráter pessoal e intransferível do material.

Outros projetos desenvolvidos e comandados pela iniciativa privada também merecem ser monitorados, sobretudo aqueles realizados pelas editoras e suas associações. Embora seja, primeiramente, responsabilidade do poder público zelar pela perfeita interação da legislação e dos direitos, é sabido que sempre haverá ações daquele grupo no sentido de captar novas formas de mercado, dessa forma, por vezes surgem ideias que representam soluções possíveis para a aplicação da legislação que protege o direito autoral sem privar a população de seus direitos.

Alternativa àquelas propostas anteriormente apresentadas é o Programa Livro Texto. Algumas faculdades acreditam que desenvolver parcerias com editoras é a melhor solução para o conflito exposto. Por meio daquele programa, a faculdade é capaz de editar um livro diferenciado que abarque capítulos específicos requeridos pelo seu plano curricular.

Consiste na criação de um livro completamente novo, com conteúdo presente em outras obras, em uma espécie de coletânea. Com esse procedimento, o valor final gasto pelo estudante na compra da literatura curricular presente nessa nova

obra torna-se muito mais acessível em termos econômicos e práticos também, posto que reúne toda a matéria em um único exemplar. Vale ressaltar que, como as outras iniciativas, essa ideia inovadora também representa um desestímulo à cópia indiscriminada de livros.

É possível afirmar que soluções dessa natureza são particularmente democráticas, pois permitem que públicos com baixo poder aquisitivo tenham acesso a obras de qualidade. Em contrapartida, a junção desordenada de capítulos de diferentes obras num único livro pode quebrar a continuidade conceitual do aprendizado, presente nos livros quando concebidos da maneira como foram inicialmente propostos.

Finalmente, apresenta-se outra proposta de democratização do conteúdo produzido em sede de pesquisas científicas e pela sociedade em geral. Apenas a título de exemplo, uma vez que, da maneira como vez sendo executada, ainda representa um balanço negativo para um dos lados da relação entre autor e leitor.

É o chamado acesso aberto. Como o nome deixa claro, é a disposição livre e pública de um texto para que qualquer usuário tenha acesso. Permite-se, ainda, além da leitura, o download, a impressão e até mesmo a cópia do conteúdo na íntegra. De certo não é permitido o uso do conteúdo para fins comerciais, porque dessa maneira estaria sendo garantido ao usuário comum não apenas os direitos que lhe são garantidos de acesso à informação, educação e cultura, mas direitos de exploração econômica da obra, o que não condiz com sua condição de mero usuário e tampouco encontra qualquer previsão na legislação ou na doutrina.

Há, atualmente, um movimento social no sentido de se implementar o acesso aberto aos mais diversos conteúdos. No entanto, como mencionado, não existe, ainda, um modelo eficaz que assegure ao autor vantagem expressiva ou comparável ao que o acesso aberto representa para os usuários.

Para ilustrar o que foi dito acerca do acesso aberto, é possível citar o Scientific Electronic Library Online, que contém coleções de revistas criteriosamente selecionadas. Ficam expostas as fragilidades desse modelo de acesso na medida em que, se de um lado os custos de publicação, revisão e edição das revistas

convencionais são parcialmente cobertos pelas assinaturas, de outro, boa parte das publicações em acesso aberto são custeadas pelos próprios autores.

Nesse cenário, embora revistas como a PLoS Biology, disponível em acesso aberto, tenham alcançado fatores de impacto relevantes, a análise de seus contos geralmente apresentam finanças deficitárias. O modelo de custeio realizado pelo autor se faz desinteressante para ele, embora, da ótica do usuário seja o mais atrativo.

Diante do exposto, vale ressaltar que possíveis soluções para a problemática dos direitos autorais estão presentes e são cada vez mais comuns. É preciso estar atento para novas ideias, como o acesso aberto, que é uma das diversas formas de disseminação seletiva de informações, para, dependendo do caso, incentivar sua reprodução. É nessa linha que segue nosso entendimento diante da realidade da legislação de direitos autorais, que não colabora para resolução dos conflitos que ela própria proporciona.

5. DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Pode-se dizer que o direito do indivíduo à educação em contrapartida de um dever estatal de fornecê-la surgiu a partir da Revolução Liberal do século XVIII. Era tratada, até então, como de interesse exclusivamente privado. Evidentemente que esse cenário acabava por torná-la privilégio de uma minoria da sociedade.

Analisando o período histórico em que a mencionada realidade vigorava, é possível deduzir o seu porquê. Assim como os monarcas abominavam o livre acesso à informação, pelo mesmo motivo não se empenhavam em disponibilizar educação para todos. A educação é a chave para o crescimento de uma nação, o que a época, implicaria a retirada desses governantes e seus modelos arcaicos de poder.

O advento da já mencionada Revolução Francesa trouxe, dentre outros direitos, o direito à educação enquanto obrigação do Estado. No entanto, foram necessários anos de história para se atingir o atual, diga-se elevado, estágio de importância que se dá à educação.

Mesmo após ser reconhecida como dever do Estado por diversos países, no Brasil, ainda era abordada pelas Constituições com certo descaso. Durante o Império, era relegada aos pais e à Igreja Católica. Em 1891, a Constituição delegou aos Estados Membros a função de legislar sobre a educação. Em 1934, a Carta da época chegou a destacar a importância do instituto da educação para o desenvolvimento social e cultural do país.

Na mesma época, foi assegurada aos professores a chamada liberdade de cátedra. Com isso, lhes era garantida a livre expressão do pensamento sem o risco de retaliações. Na mesma época, no que tange aos direitos autorais, os professores já tinham assegurado seus direitos de propriedade sobre seus trabalhos acadêmicos, o que assim como o crescimento da relevância dada à educação, no âmbito dos direitos de autor, representava um grande avanço.

As demais Constituições refletiram, em matéria de educação, os momentos políticos vividos pelo país. Em 1988, com a promulgação da atual Constituição da República, o direito à educação ganhou relevância e figura entre o rol dos direitos fundamentais.

Está expresso no art. 205 do texto constitucional com a seguinte redação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,

visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dessa forma, não restam dúvidas quanto ao direito à educação de que goza cada indivíduo e à obrigação por parte do Estado de promover seu acesso. O texto do dispositivo supracitado menciona, ainda, a colaboração da família e de toda a sociedade no incentivo à educação. Esse trecho, embora genérico, serve de parâmetro para a análise da função social da educação, da mesma forma que ajuda a nortear o tratamento conferido à proteção dos direitos autorais em face do acesso à educação.

No cenário internacional, o direito à educação também é de grande importância e não deixa de ser abordado. Está previsto, por exemplo, entre as dezoito metas definidas pelas Nações Unidas em setembro de 2000 para serem atingidas até 2015. Faziam parte da ONU, na época, 189 países que se comprometeram em empenhar esforços para cumprir com o objetivo de garantir ensino básico a todos.

A Carta Democrática Interamericana traz, também, previsão quanto à importância da educação. Assim dispõe em seu art. 16:

A educação é chave para fortalecer as instituições democráticas, promover o desenvolvimento do potencial humano e o alívio da pobreza, e fomentar um maior entendimento entre os povos. Para alcançar essas metas, é essencial que uma educação de qualidade esteja ao alcance de todos, incluindo as meninas e as mulheres, os habitantes das zonas rurais e as minorias.

A não observância do direito à educação por parte do governo implica a não concretização dos objetivos fundamentais da República do Brasil. Prevê o art. 1º da CRFB/88 que é fundamento do Estado Democrático de Direito, dentre outros, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Sem educação de qualidade, no entanto, é impossível trazer para o plano real esses fundamentos.

Outras disposições como as do art. 3º ficam prejudicadas sem que haja garantia de acesso à educação. São os casos da erradicação da pobreza, da marginalidade e das desigualdades sociais, assim como da promoção do bem de

todos. É necessário, portanto, que a Lei Magna mantenha sua unidade e coerência, aliando seus artigos para facilitar e assegurar o cumprimento da totalidade.

Visto isso, trata-se de analisar em que ponto entre garantir o acesso à educação e proteger os direitos autorais reside o conflito tema deste estudo. Embora esteja muito próximo do conceito de acesso à cultura e à informação, o acesso à educação aqui abordado trará exemplos de como a Lei de Direitos Autorais atravança o desenvolvimento acadêmico no país.

É sabido que o conteúdo ensinado nas escolas e demais instituições de ensino são em sua maioria advindos de descobertas e pontos de vistas já consolidados na sociedade. Esse conteúdo se reveste, geralmente, na forma de livros, áudios ou vídeos. A problemática está no fato de que a criação desses materiais gera para o autor e para as editoras ou gravadoras, por exemplo, certas prerrogativas de regular sua utilização. Esse direito aliado à sua má regulamentação legal transforma situações cotidianas de pouca, ou nenhuma, lesividade em fatos criminosos.

No que tange à reprodução de músicas ou vídeos para fins didáticos, assim dispõe a referida Lei de Direitos Autorais:

“Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como: I - a reprodução parcial ou integral”.

A exigência de se ter autorização prévia e expressa do autor representa claro impedimento ao regular desenvolvimento da educação, posto que é inviável, devido ao volume de instituições de ensino e de obras utilizadas, obter sempre esse consentimento. Dessa forma, embora a tecnologia avance e proporcione novas e melhores maneiras de se transmitir conhecimento, o engessamento da legislação autoral tem freado esse desenvolvimento.

A lei até arrola hipóteses de uso que não ferem os direitos autorais, contudo, pela já citada má redação dos dispositivos, torna-se confuso aplicá-las. Caso evidente é a permissão trazida no art. 46, VIII que assim dispõe:

VIII - a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral,

quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.

A interpretação do texto supracitado abre margens para diferentes opiniões a respeito do que se entende por “pequenos trechos” e do que seria a “exploração normal”. Tal fato é tão relevante que divide os interessados em dois grupos, aqueles representados principalmente por estudantes e professores contra as editoras.

Trata-se aqui das editoras e não dos autores em si porque elas são as mais interessadas economicamente na questão, posto que a maior parte do lucro obtido com as vendas de livros, músicas e vídeos é a elas destinada. Também porque são os representantes de maior influência deste grupo.

Em suma, sabe-se que muitas das vezes os alunos precisam estudar capítulos de determinada obra, o que, na prática, representa um trecho da totalidade do conteúdo. Em razão do quesito subjetivo que a expressão “pequenos trechos” conserva, a reprodução de um capítulo inteiro, por exemplo, representa, para as editoras, mais do que um pequeno trecho. Para essas interessadas, “pequenos trechos” podem ser entendidos como poucas páginas, sem o fechamento de um conjunto, como seria o caso da reprodução por inteiro de um capítulo, ou outra seção qualquer.

Em respeito à lei, que abre margem para dupla interpretação, e inexistindo consenso a respeito do real significado de “pequenos trechos” torna-se dificultosa a aplicação da permissão legal de reprodução de conteúdo protegido por direito autoral. No caso em comento, essa dificuldade prejudica não só o interesse dos envolvidos como os fundamentos da república de acesso à informação, educação e cultura.

É dever do Estado a garantia desses direitos aos indivíduos. Pelas críticas já feitas à problemática de acesso a esses direitos pode parecer que não há interesse do governo em solucionar a questão. Em que pese à inércia estatal como um dos elementos agravantes do tema, há de se mencionar que existe sim algum incentivo no campo da educação, informação e cultura que influencia diretamente no debate

que se tem levantado em relação ao confronto de interesses particulares e públicos na linha de interseção entre direito autoral e acessos à informação, à educação e à cultura.

Uma forte medida adotada pelo Estado para promover e ampliar o acesso e a produção cultural e educativa do país se dá na forma de incentivo econômico à criação desses conteúdos. As editoras de livros, jornais e outros periódicos contam com a garantia constitucional de não ver instituídos impostos sobre suas produções literárias. A referida imunidade tributária consta do art. 150, VI, d da CRFB/88.

Está presente, ainda, na lei nº 10.865 de 2004 em seu art. 28, inciso VI. O dispositivo reduz a zero “as alíquotas da contribuição para PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de: VI – livros”. Com essa previsão o Estado abre mão de arrecadar um grande volume de capital para facilitar o desenvolvimento da atividade econômica na área da literatura, conseqüentemente promovendo o acesso à cultura, informação e educação.

Segundo a Universidade de São Paulo, esse subsídio é tão grande que chega a representar de 30% a 34% do faturamento das editoras de livros. Em números absolutos, já teria chegado à ordem de 800 milhões a um bilhão de reais. Esses valores, no ano de 2012, representou o dobro do orçamento federal na área da cultura, conforme pesquisa daquela instituição de ensino.

Outro subsídio menos óbvio que o anterior diz respeito ao custo público que representa a manutenção de um aluno em curso superior. O aluno que, ao final ou durante o curso, deseja ver publicada alguma obra que realizou ao longo e em razão dos estudos custeados pelo Estado leva seu trabalho para uma editora que também arca com certos custos para publicar a obra. No entanto, os gastos com impressão e publicação desses conteúdos não representam 30% do valor despendido pelo Estado na formação profissional do autor, se comparado com o custo médio da formação de um aluno da USP, conforme dados colhidos por essa universidade.

Vistas essas informações, nos defrontamos com dois cenários. O primeiro reflete que há incentivo de fato, inclusive garantido pela Constituição, ao acesso à educação, informação e cultura, o que, por essa razão, não se poderia argumentar, no caso, que é dever do Estado, omissis, a aplicação de políticas para assegurar aqueles direitos. Contudo, uma segunda realidade se apresenta se observado que apesar das imunidades tributárias às editoras e ao investimento público em qualificação profissional o acesso àqueles direitos resta, ainda, prejudicado.

No caso dos trabalhos técnico-científicos produzidos em sede de instituições públicas, não é plausível que as editoras argumentem pela proteção das obras e pela defesa de sua lucratividade em detrimento dos usos acadêmicos desse conteúdo quando de fato o investimento maior partiu do Estado e para o autor, muitas vezes, seu maior ganho com a obra é o reconhecimento social e o prestígio, já que em termos econômicos é sabido que a discrepância entre as remunerações percebidas pelas editoras e pelos autores é gritante.

6. CONCLUSÃO

É cediço que a Carta Constitucional brasileira e a nossa legislação de direitos autorais não contêm dispositivos aptos a solucionar os conflitos, comprovadamente existentes, entre os interesses do autor e os da coletividade. Aquela última, que, ainda, é a maior responsável pela abordagem específica do tema e deveria primar por sua boa aplicação, pode ser a principal fonte do problema.

Ausente regulamentação adequada, conforme se dá em outras áreas do Direito e do conhecimento em geral, deverão ser aplicadas, caso a caso, normas genéricas. Embora se deva tratar a legislação autoral de maneira restritiva, não se pode permitir a continuidade de uma situação que diminui a dignidade do ser humano, como se dá na restrição dos direitos à cultura, informação e educação.

O autor e o compositor, por sua vez, frequentemente veem seu direito infringido quando da não apresentação de seu nome juntamente com o uso da obra. Isso se aplica, em regra, para obras musicais exibidas em meios de comunicação de massa. Tal fato vai contra, inclusive o direito de informação do próprio ouvinte, cujo direito lhe é assegurado a saber quem é o aquele autor e/ou compositor.

Percebe-se, pelo exemplo pretérito, ser uma questão, ainda, de fiscalização e controle da rala legislação existente. São, portanto, muitas facetas de um mesmo problema. A adequação da aplicação dos direitos autorais com os demais direitos passa desde a pouca e má legislação sobre o assunto à falta de controle do Estado em fazer valer essa mesma legislação.

Conhecidas as naturezas dos direitos envolvidos, alguns autores apontam a utilização da legislação de direito de propriedade e sobre abuso de direito como possíveis caminhos a serem trilhados rumo a uma uniformização da solução dos conflitos.

Entretanto, a fim de extinguir ou reduzir consideravelmente a formação desses conflitos, é sabido que somente por meio da introdução de princípios e normas destinados a resguardar a função do direito de autor como instrumento de interesse público será atingido esse patamar. Portanto, enquanto limitar-se a um choque de direito privado com direito público e cuja repercussão pouco incomoda o

Estado, nada será produzido em termos de normativos para adequar a aplicação daqueles direitos, aparentemente conflitantes, porém que em nossa legislação representam, de fato, impedimento recíproco.

Em países avançados em termos de legislação sobre os direitos autorais, a simples previsão jurisprudencial sobre a extensão da proteção do direito de autor é capaz de definir a existência ou não de um conflito. De acordo com a jurisprudência norte-americana da Suprema Corte, o conflito entre o direito à informação e o direito autoral se vê moderado pelo princípio de que esse último é a exclusividade sobre a forma e não sobre o conteúdo da informação.

Assim, somente nas hipóteses em que a informação é íntegra e indissociável da forma haveria um conflito real entre aqueles direitos. Esse conceito nada mais é do que a realização de um princípio já consolidado em diversos tratados internacionais de que há uma distinção entre ideias e expressões, sendo que aquelas, a princípio, não estão protegidas pelo direito de autor. O Brasil também é signatário de alguns desses tratados, apesar disso, alguns autores ainda encontram dificuldade em publicar biografias de pessoas famosas.

O direito de imagem, a nosso ver não aplicável a esses casos, equipara-se em princípio às ideias. Nessa concepção, não há que haver restrição em seu uso. O presente argumento vai de encontro aos interesses dos artistas, tem-se, então, o lado oposto. A liberdade de expressão, se compreendida de maneira mais ampla, compreenderia não somente a expressão sobre algo que já foi dito, mas sobre a forma como algo foi dito.

Essa questão, no entanto, está a frente das necessidades brasileiras e extrapola nosso tema. O aprofundamento dessa discussão interessa àqueles que se beneficiam economicamente da exploração das obras, mas enquanto não conseguirmos atingir um estágio de desenvolvimento em que alunos tenham acesso, sem maiores burocracias, ao conteúdo necessário à sua formação, não há razão de relevante interesse público para se dar continuidade àquele tema.

Finalmente, ressalta-se que o monopólio que se estabelece sobre a forma de uma determinada ideia – que, em princípio, é o próprio direito de autor – visa à apropriação da informação enquanto mercadoria. A concepção dos direitos autorais

como apropriação de uma informação já indica a limitação de outros direitos. O que se deve ter em mente é que nenhum direito fundamental é absoluto, funcionando esse argumento para ambos os lados da problemática.

A iniciativa privada vem tentando desenvolver formas de conciliar ambos os direitos, porém o respeito à legislação da maneira como se encontra dificulta esse processo. Algumas entidades de caráter público também tem apresentado interesse em novas formas de disponibilizar os conteúdos protegidos pelos direitos autorais como via de fomento à cultura, informação e educação. Resta saber quando o legislador irá atentar para a realidade do país e elevar o Brasil a outro patamar de desenvolvimento social e de legislação de Direito Autoral.

7. REFERÊNCIAS

ABRÃO, Eliane Yachouh. **A Propriedade Imaterial nas Constituições Brasileiras**. São Paulo. Setembro, 1999. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/direitoautoral/artigo05.htm>. Acesso em 17 de Outubro de 2014.

ADOLFO, L. G. S. **Obras privada, benefícios coletivos: a dimensão pública do direito autoral na sociedade da informação**. 2006. 387f. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós - Graduação em Direito. Nível Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

As Metas do Milênio da ONU. Disponível em: <http://www.institutoatkwhh.org.br/compendio/?q=node/19>. Acesso em: 3 de Outubro de 2014.

BASTOS, Aurélio Wander. **O Habeas Data e a Proteção da Privacidade Individual - Recuperação Histórica da Evolução Conceitual e Constitucional no Brasil**. Jurispoiesis Revista dos Cursos de Direito da Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro. 1999. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15977-15978-1-PB.pdf>. Acesso em: 29 de Setembro de 2014.

CHAVES, Luis Fernando Prado. **As evoluções tecnológicas e os paradoxos do direito autoral**. JusBrasil. Disponível em: <http://luisfprado.jusbrasil.com.br/artigos/111951479/as-evolucoes-tecnologicas-e-os-paradoxos-do-direito-autoral>. Acesso em: 17 de Outubro de 2014.

CHIARELLI, Marina. **Editoras param as máquinas à espera da Lei das Biografias. 06 de Setembro de 2013**. Disponível em: http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Cultura/Editoras-param-as-maquinas-a-espera-da-Lei-das-Biografias-22930.html#.VC1CTPIdW_g. Acesso em: 02 de Outubro de 2014.

ECAD. A instituição. Disponível em: <http://www.amar.art.br/ecad.htm>. Acesso em: 17 de Outubro de 2014.

ECAD. O que é direito autoral. Disponível em: <http://www.ecad.org.br/pt/direito-autoral/o-que-e-direito-autoral/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 17 de Outubro de 2014.

F., Fernanda. **Remoção de conteúdo: Mais 'moral' e menos 'direito autoral'**. JusBrasil. Disponível em: <http://fernandafav.jusbrasil.com.br/noticias/115385652/remocao-de-conteudo-mais-moral-e-menos-direito-autoral>. Acesso em: 17 de Outubro de 2014.

FONSECA, Maria Odila. Informação e Direito Humanos: acesso a informação arquivística. Ci. Inf., vol. 28, Nº2. 1999.

FREDERICO, Jorge. **Direito Autoral**. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/entenda-o-assunto/direito-autoral>. Acesso em: 17 de Outubro de 2014.

GAMA, Janete Gonçalves de Oliveira; GARCIA, Leonardo Guimarães. **Direito à informação e direitos autorais: desafios e soluções para os serviços de informação em bibliotecas universitárias**. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, vol.19, nº .2, p. 151-162, Maio/Agosto. 2009

GIL, Gilberto. **A Importância dos Direitos Autorais**. Folha de São Paulo. 2007.

JUNIOR, Dario de Azevedo Nogueira. **Direitos autorais e a pirataria: uma polêmica na realidade virtual**. Revista Flamecos. Porto Alegre. vol. 20, Nº 1, p. 47-68. Janeiro/Abril. 2013.

KACHANI, Morris. **Jorge Mautner defende pagamento de direito autoral a biografado**. Jornal Folha de São Paulo. 10 de Outubro de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1354600-jorge-mautner-defende-pagamento-de-direito-autoral-a-biografados.shtml>. Acesso em: 30 de Setembro de 2014.

LEITE, Luciana Wolf; PAIXÃO, Joyce Mara Ávila. **A Polêmica dos Direitos Autorais em face do acesso a Educação e a Cultura**. Revista do CAAP. Belo Horizonte vol. 94, Nº 1. V. XVII. p. 91-120. 2012.

LEMOS, Ronaldo. **Reforma do direito autoral só acontece fora da lei**. Folha de São Paulo. 17 de Junho de 2013. São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/2013/06/1296020-reforma-do-direito-autoral-so-acontece-fora-da-lei.shtml>. Acesso em: 17 de Outubro de 2014.

MAFRA, Francisco. A Lei de Acesso à Informação no Brasil e no Mundo: princípios e direito de acesso. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 101, jun 2012. Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11674>. Acesso em: Setembro de 2014.

MIRANDA, Laura Costa; SILVA, Jordanny Barbosa; MELO, Milena Barbosa de. **SOCIALIZAÇÃO DE OBRAS: UMA SAÍDA PARA O CONFLITO ENTRE DIREITOS AUTORAIS E DIREITO A INFORMAÇÃO E CULTURA**. Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Nº 4. Curitiba. Janeiro/Junho. p. 28-40. 2011.

MONTEIRO, Arakin. **A importância da Reforma da Lei de Direito Autoral para a Educação Brasileira**. Resolução CAMEX Nº 16 – 12 de março de 2010. Disponível em: <http://arakinmonteiro.wordpress.com/2010/02/15/a-importancia-da-reforma-da-lei-de-direito-autoral-para-a-educacao-brasileira/>. Acesso em: 17 de Outubro de 2014.

NINNI, Karina. O direito autoral da era da informação. Revista Eletrônica Página 22, Nº 79. Disponível em: <http://www.pagina22.com.br/index.php/2013/10/o-direito-autoral-na-era-da-informacao/>. Acesso em: 17 de Outubro de 2014.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Proclamada pela Assembleia Geral da ONU. 10 de Dezembro de 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>.

PARANAGUÁ, Pedro; BRANCO, Sérgio. **Direitos Autorais**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Direito FGV, 2009.

POETSCH, Guilherme Gonçalves. Direitos autorais da atualidade. Meu Advogado. 21 de Janeiro de 2013. Disponível em:

<http://www.meuadvogado.com.br/entenda/direitos-autorais-na-actualidade.html>.
Acesso em: 17 de Outubro de 2014.

Retransmissão de programa é livre de direito autorai. Revista Consultor Jurídico. 11 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-nov-11/retransmissao-programa-nao-obriga-pagamento-direito-autoral>. Acesso em: 17 de Outubro de 2014.

SALA, Monica Cristina; MIRANDA, Fernando Silveira Melo Plentz. **A Aplicabilidade da Lei de Direitos Autorais na Música sob a Perspectiva da Banda 14 Bis.** Revista Eletrônica Direito, Justiça, Cidadania. Vol. 4, nº 1, 2013.

SILVA, Jose Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 37ª Ed. Malheiros. 2014

TOFFOLI, Vitor. **Desafios para tutela do direito autorai na era digital, relações com o direito à educação e o acesso à justiça, como meio de efetivação desses direitos da personalidade:** conflitos e possíveis soluções conciliatórias. 2013, 208f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Centro Universitário de Maringá, 2013.

VIANNA, Túlio Lima. **A Ideologia da Propriedade Intelectual: a inconstitucionalidade da tutela penal dos direitos patrimoniais de autor.** Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano. Tomo II. Fundación KONRAD-ADENAUER, Oficina Uruguay, Montevideo, Uruguay.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução a Sociologia.** 6ª Ed. ATLAS. 2004.